

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.646 - MG (2018/0324647-8)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : JUÍZO DA 6A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 12A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : ELETRON ELETRICIDADE E TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADOS : ALEXANDRE DE SOUZA PAPINI - MG067455
MARCELO ROMANELLI CEZAR FERNANDES - MG100355
CHRISTIANO NOTINI DE CASTRO - MG088352
INTERES. : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : CCO-OMNI ENGENHARIA E SERVICOS LTDA
INTERES. : CONSTRUÇÕES CONSULTORIA E OBRAS CCO LTDA
INTERES. : CLESIO DO CARMO BARSANTE
INTERES. : UDI TRUNKING MANUTENÇÃO DE REDES DE
TELECOMUNICAÇÕES LTDA
INTERES. : CONSTRUTORA COMERCIO E OBRAS - CCO LTDA
INTERES. : PORTAL DO CARRO COMERCIO E SERVICOS S/A
INTERES. : CCO CONSTRUTORA CENTRO OESTE LTDA
INTERES. : WILMAR ROBERTO DOS SANTOS
INTERES. : OMININVEST DO BRASIL PARTICIPAÇÕES SERVIÇOS LTDA
INTERES. : CONSTRUÇOES CONSULTORIA E OBRAS - CCO LTDA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG em desfavor do Juízo Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, nos autos da ação ordinária, em que se busca a expedição de certidão negativa de débito, bem como o cancelamento da inscrição no CADIN, cuja inclusão decorreu de infração a normas trabalhistas.

É o relatório. Decido.

Conforme informado pela parte interessada Eletron Eletricidade e Telecomunicações Ltda. (fls. 1.186/1.191), assim como pelo juízo suscitante (fls. 1.193/1.206), o Juízo Federal, no bojo do agravo de instrumento interposto pela Eletron e em exame liminar, reconheceu a sua competência para o julgamento e processamento do feito.

Dessa forma, não existem, atualmente, dois órgãos jurisdicionais afirmando-se simultaneamente competentes ou incompetentes para o julgamento da controvérsia travada nos autos.

Logo, o presente conflito perdeu seu objeto.

Forte em tal razão, NÃO CONHEÇO do conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator